

## Comunicação

## Que financiamento público querem os jornalistas?

O que pensam os jornalistas portugueses do financiamento público de media privados? Que medidas do Estado julgam eles ser mais adequadas? Que cuidados deve o Estado implementar ao mesmo tempo que concretiza políticas de financiamento público? Estas perguntas estão em cima da mesa há já algum tempo, mas ganharam nova atualidade, desde que o Sindicato dos Jornalistas realizou, em Janeiro, o seu 6º Congresso. Nessa reunião magna, a questão do financiamento público esteve no centro das discussões, também marcadas pela situação financeira do Global Media. Contudo, falta ainda uma auscultação à classe que permita compreender de que forma uma política de financiamento público seria recebida. É este o propósito do estudo em curso no PolObs.

A importância do jornalismo para a democracia, a sua relevância para

os cidadãos e para os ajudar a tomar decisões informadas assim como o seu papel no fornecimento de informação de proximidade, justificam em grande parte dos países europeus a existência de políticas públicas de financiamento dos media, em particular da imprensa. Portugal não tem tradição política nesta matéria, mas a disrupção digital que ameaça a sustentabilidade dos modelos de negócio tem colocado pressão acrescida sobre o Estado. A Comissão Europeia tem-se mostrado igualmente preocupada com o tema, desenvolvendo várias iniciativas que procuram traçar novas diretrizes para o sector.

Em Portugal, apesar de o assunto estar a ser discutido há já algum tempo e de termos visto no espaço público várias propostas a serem debatidas, não há ainda um conhecimento sistemático sobre o posicionamento da classe jornalística.

Para ultrapassar essa dificuldade e de forma a informar eventuais políticas de financiamento público dos media, o PolObs encontra-se atualmente a realizar uma auscultação à comunidade jornalística, recolhendo a sua perceção sobre medidas de apoio concretas. O estudo, que contou com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e do Sindicato dos Jornalistas, abrange todos os profissionais, inclusive reformados e desempregados.

Tendo recolhido até ao momento perto de 300 respostas, os resultados preliminares indicam uma concordância significativa com a existência de uma política pública de financiamento dos media privado, ainda que manifestando alguma preocupação com eventuais tentativas de comprometer a independência política do jornalismo. ●

Foto: Patrick Fore / Unsplash

### PolObs promove Ciclo de Aulas Abertas

A partir de abril, o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs) começa a dinamizar o **Ciclo de Aulas Abertas: Cultura na década da ação da Agenda 2030** sob coordenação científica de Manuel Gama, investigador do CECS e coordenador do eixo Cultura do Observatório.

A proposta desta iniciativa é refletir sobre a importância da cultura como fator essencial para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030; analisar casos práticos de projetos culturais que contribuem para a Agenda 2030; e estimular o debate sobre a cultura como um bem público mundial.

### Cultura

Serão cinco aulas de temáticas diversas: i) transversalidade e institucionalidade da Cultura; ii) Cultura, meio ambiente e resiliência das comunidades; iii) dimensão económica da Cultura; iv) educação, conhecimento e competências culturais; v) direitos culturais: inclusão, participação e cidadania. O ciclo de aulas abertas destina-se a estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e professores da área da Cultura. As sessões serão de cariz teórico-prático a partir de textos e casos práticos nacionais e internacionais. A iniciativa será realizada no Brasil (abril e maio de 2024), Portugal (junho de 2024) e Espanha (dezembro de 2024). ●

## Conversa entre Observatórios de Cultura da Ibero-América

No âmbito da estratégia de robustecimento das relações com instituições congêneres do contexto ibero-americano que se debruçam sobre as políticas culturais, o PolObs organiza, no biênio 2024-2025, as **Conversas Ibero-Americanas com Observatórios 2024-2025: A Cultura como um bem público mundial!**

Para além do Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura da Universidade do Minho, estão na coorganização desta iniciativa o Observatório de Políticas Públicas Culturais da Universidade de Brasília (Brasil) e o Observatori Cultural de la Universitat de València (Espanha).

As conversas decorrerão mensalmente no formato online, com a duração de 60 minutos, e destinam-se a estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e professores da área da Cultura e profissionais do setor cultural privado e público. A primeira conversa terá lugar dia **15 de abril**, às 13h (BR), 17h(PT), 18h(ES) e contará com a participação de Fátima Makiuchi, do Observatório de Políticas Públicas Culturais da Universidade de Brasília, Raúl Abeledo, do Observatori Cultural de la Universitat de València e Manuel Gama, do Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura da Universidade do Minho, responsável pela moderação do evento. O acesso às aulas pode ser feito neste [link](#).

Dentre os objetivos globais da iniciativa estão a promoção do diálogo entre observatórios de Cultura do espaço ibero-americano; a disseminação de práticas ibero-americanas; a identificação de linhas de trabalho para favorecer a integração de um objetivo específico para a cultura na agenda para o desenvolvimento sustentável pós-2030; e a reflexão sobre a Cultura como um bem público mundial. Mais informações através do email [polobs@ics.uminho.pt](mailto:polobs@ics.uminho.pt). ●

## Ciclo de Seminários PolObs Cultura 2024 Conexões de Projetos de Doutoramento com Políticas Culturais

**09 Abril, 15h**

*“Cores da dança: Arte Urbana, Participação Comunitária e Políticas Públicas no Bairro das Enguardas”*

Doutoranda: Ana ́Muska ́ Castro, Universidade do Minho

**14 Maio, 15h**

*“As Dinâmicas Estratégicas de Portugal, Brasil e Espanha na Diplomacia Cultural Ibero-americana: articulação por um mercado cultural emergente”*

Doutoranda: Cristiane Oliveira, Universidade de Coimbra

**11 Junho, 15h**

*“Relações culturais internacionais e diplomacia cultural na CPLP: as línguas autóctones como ativos estratégicos na diversificação das relações Brasil-África”*

Doutorando: Daniel Escorel, Universidade do Minho.

**12 de abril, 15h30, ICS**

*“Media ownership structures within the authoritarian-populist conjuncture in Europe - Preliminary findings of a cumulative PhD Project”*

Convidada: Marlene Radl, Universidade de Viena (Áustria)



## Políticas públicas

**16 fevereiro**

Decreto-Lei nº 20-B/2024 designa as autoridades competentes e o coordenador dos serviços digitais em Portugal.

**21 de março**

Portaria nº 112-B/2024/1 aprova o Regulamento do Programa Cheque-Livro.

**21 de março**

Portaria nº 112-A/2024/1 cria a Rede Portuguesa de Casas de Escritores.



**SARA PEREIRA**

Presidente do Conselho Consultivo do Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM)

## PLANO NACIONAL DE LITERACIA MEDIÁTICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

**PolObs:: Qual é a importância do PNLM no campo das políticas para os media?**

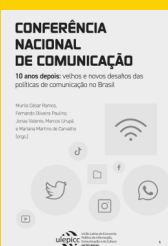
Não havia, em Portugal, e até ao momento, uma política de literacia mediática para todos os setores da sociedade. Tínhamos algumas iniciativas no âmbito educativo, a partir dos referenciais da Direção-Geral de Educação e da Rede de Bibliotecas Escolares, e algumas práticas avulsas e casuísticas para a população em geral. O PNLM vem criar o compromisso da promoção de competências de literacia mediática para todos, envolvendo também os vários setores, nomeadamente os media.

**PolObs:: Quais são os maiores desafios na sua implementação?**

Penso que será chegar efetivamente a toda a população, sobretudo às camadas mais desfavorecidas e excluídas digital e socialmente. Para que o PNLM chegue a todas as pessoas e não fique no plano das ideias, é preciso envolver na sua implementação várias associações e organizações que estão no terreno. Neste âmbito, é preciso ainda mencionar a descentralização e a necessidade de levar a literacia mediática a todo o território, do litoral ao interior, do continente às Ilhas. ●

## ESTANTE

por ESTER ATHANÁSIO



*Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil*

Murilo César Ramos, Fernando Oliveira Paulino, Jonas Valente, Marcos Urupá, Mariana Martins Carvalho (org.)

IULEPICC-Brasil (2020)

“Conferência Nacional de Comunicação, 10 anos depois: velhos e novos desafios das Políticas de Comunicação no Brasil” não poderia ter título mais feliz, visto que o panorama brasileiro é marcado por antigos dilemas ainda insolúveis - como a necessidade de se regulamentar e atualizar a radiodifusão a fim de se enfrentar assimetrias em termos de propriedade - e acentuado por abordagens mais recentes - como aquelas marcadas pelo ambiente digital e suas implicações para democracia e direitos humanos. O livro lançado em 2020 congrega uma série de textos capazes de resumir o cenário de uma década com olhar de especialistas em Economia Política da Comunicação, bem como atores relevantes da elite política que compunham o contexto quando da realização da Confecom, em 2009. À época, a deliberação social que conectou de forma direta Estado e sociedade trouxe esperança expressiva para que esses assuntos fossem tratados com seriedade de modo a formatar políticas públicas, o que acabou se dissolvendo nos anos seguintes. A obra é um convite à percepção histórica e crítica das políticas brasileiras e foi produzida no âmbito do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (LaPCom – UnB, Brasil). Está disponível gratuitamente nas plataformas online. ●